



O IMAGINÁRIO SOCIAL DA MULHER RURAL COOPERATIVISTA: IDEIAS E DESENVOLVIMENTO

THE SOCIAL IMAGINARY OF THE COOPERATIVIST RURAL WOMAN: IDEALS AND DEVELOPMENT

Josué Mallmann Centenaro
Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT
josuecentenaro@gmail.com

Angela Ester Mallmann Centenaro
Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT
angela.centenaro@unemat.br

Daniel Izidoro Ferreira da Silva
Universidade de Cuiabá - UNIC
Danielizidorodaniel123@outlook.com

Grupo de Trabalho: << GT06. Cooperativismo, associativismo e outras formas de ação coletiva >>

Resumo

O presente trabalho de pesquisa se realizou no estado de Mato Grosso-Brasil, no período de julho a novembro de 2022. O estado se situa dentro da Amazônia, Cerrado e Pantanal, portanto, as distâncias são empecilhos difíceis de serem transponíveis. Nesse espaço geográfico nos encontramos com 65 mulheres trabalhadoras rurais que se empenham em manter vivas suas associações ou cooperativas para o bem comum. O objetivo principal foi estudar o imaginário social das mulheres rurais, especificamente em relação à economia e cooperativismo solidários, tema que possui sua relevância no sentido quando elas transpassam as fronteiras familiares e compõe o comunitário, através das suas falas e ações. A metodologia utilizada foi a aplicação de questionário e observação. Foram percorridos em torno de 2.500Km com estradas com a mais diversas dificuldades, pois um dos objetivos era encontrar coletivos com características rurais e de cooperativismo solidário. Fomos sempre bem recebidos e as mulheres presentes nos atenderam muito bem. As entrevistas foram acontecendo nos espaços mais diversos, mas principalmente embaixo das árvores ou em recintos abertos. Nesses espaços também aconteciam as observações que foram sendo anotadas em um caderno de campo. De forma geral, constatamos que apesar da pouca remuneração que as associadas recebem junto com seus cônjuges ou não, se sentem felizes. Essa felicidade se manifesta nas observações realizadas nas reuniões e também nas respostas sobre as associações, pois ali encontram conhecimento, formação e informação. Esses espaços são provedores de formações cooperativas, de emancipações femininas, de sonhos a serem realizados. A participação e o envolvimento trouxeram consigo a confiança entre as associadas, além de abranger as relações da comunidade com seus processos coletivos.

Palavras-Chave: Mulheres; Imaginário; Cooperativismo Solidário, Mato Grosso-BR.

Abstract

The present research work was carried out in the state of Mato Grosso-Brazil, from July to November 2022. The state is located within the Amazon, Cerrado and Pantanal, so distances are difficult obstacles to be overcome. In this geographical space we meet with 65 women rural workers who strive to keep alive their associations or



cooperatives for the common good. The main objective was to study the social imaginary of rural women, specifically in relation to the solidarity economy and cooperativism, a theme that has its relevance in the sense when they cross family boundaries and compose the community, through their speeches and actions. The methodology used was the application of a questionnaire and observation. We traveled around 2,500 km with roads with the most diverse difficulties, because one of the objectives was to find collectives with rural characteristics and solidarity cooperativism. We were always well received and the women present served us very well. The interviews were taking place in the most diverse spaces, but mainly under the trees or in open places. In these spaces also happened the observations that were being noted in a field notebook. In general, we found that despite the low remuneration that members receive together with their spouses or not, they feel happy. In these spaces also happened the observations that were being noted in a field notebook. In general, we found that despite the low remuneration that members receive together with their spouses or not, they feel happy. This happiness is manifested in the observations made in the meetings and also in the answers about the associations, because there they find knowledge, training and information. These spaces are providers of cooperative formations, of women's emancipations, of dreams to be realized. Participation and involvement brought with them trust among the associates, as well as encompassing the community's relations with its collective processes.

Key words: Women. Imaginary. Solidarity Cooperativism. Mato Grosso-BR.

1 Introdução

O início das reivindicações femininas remonta há séculos e se assenta em ações coletivas que se desenvolveram a partir do protagonismo da sociedade civil, sendo seu objetivo igualar a situação da mulher ao do homem, nos planos jurídico, político, econômico, social e familiar. Esta luta ganhou o espaço público e se tornou uma luta consciente na remodelagem da constituição das sociedades, incentivando-se uma transformação na realidade enfrentada desigualmente pelas mulheres do mundo todo.

No Brasil, as principais formas estruturantes da ação da sociedade civil em torno das reivindicações femininas sofreram sensível mudança na orientação. O movimento que era de reprodução dos movimentos que ocorriam em outros países, se tornou a partir da década de setenta, num conjunto de correlações que sustentaram a formação dos primeiros movimentos femininos (BURDICK, 1996).

Na academia, proliferaram estudos sobre o feminino com o objetivo de conhecer seu potencial humano a fim de ser aproveitado em projetos de desenvolvimento ou na organização de movimentos femininos, com finalidades mais concretas e níveis de reivindicações mais imediatas (BLAY, 1973).

Essa é a discussão básica, a ideia de uma perspectiva maior da incorporação do enfoque de gênero de forma transversal, como por exemplo, num projeto de desenvolvimento comunitário. É preciso pensar que são necessárias ações específicas para as mulheres; ações principalmente compensatórias, porque dentro da discussão de equidade, as mulheres, ainda hoje, estão num patamar inferior ao dos homens, tanto em termos de acesso a recursos, a serviços, quanto em termos de capacitação. É fundamental que haja ações específicas, mas é fundamental, também, que se desenvolvam ações que garantam o acesso das mulheres às estruturas de poder, às instâncias de deliberação, que as mulheres tenham acesso à informação. E a necessidade desse acesso está presente em toda a discussão do empoderamento.

Empoderamento das mulheres é uma forma coletiva das mulheres chegarem ao poder e participarem dele. Essa participação afeta o campo individual e o coletivo, porque, na medida em que as mulheres têm poder, individualmente elas começam a ter uma relação distinta com



a família, e a ter conhecimentos e informações que lhes proporcionam maior liberdade e autonomia.

A análise dessas discussões fazem-nos compreender que as relações que acontecem em sociedade e são reflexos da produção dos modos de vida, são práticas sociais presentes em uma cultura de produção da vida material e como dela nos apropriamos para produzir consensos ou descensos, a respeito das leituras e interpretações da realidade social, que não é igual para todos. A interpretação da percepção humana é um processo sensorial e cognitivo por meio do qual um indivíduo seleciona alguns estímulos externos, organiza as informações referentes a esses estímulos e, posteriormente, atribui significados a eles.

A esse respeito, em relação à distinção material, a mulher fotografada pela mídia é sempre bonita, elegante, vestida de acordo com a convenção da moda. Através desta imagem, se manipula tanto o homem como a mulher, porque os afasta da realidade social concreta, levando-os para a vivência de valores irreais. A mulher/destinatário passa a negar a sua especificidade e procura adquirir acessórios que a igualem ao modelo imposto. O homem/destinatário, naturalmente, se frustrará na busca da mulher/modelo-padrão. Assim se dá a construção do imaginário social.

Os estudos acerca do imaginário social não constituem uma disciplina com objeto e método unificados. Trata-se de variada gama de abordagens disciplinares, acessadas por diferentes métodos. Entretanto, do ponto de vista conceitual o que reúne tantos interesses é o estudo das “representações”, ou seja, representamos imaginando e imaginamos sob o modo de representação. Como categoria analítica conceitual, a representação é sempre uma trama tecida pela intencionalidade e afeto da pessoa. A pessoa pressiona o fluir das sensações e destaca algumas delas, impressionando-as, imaginativamente, com um sentido específico. Desse modo, produz as mesmas com significados, fazendo delas um objeto social, uma coisa historicamente definida (RUIZ, 2003).

A dificuldade que mulheres sentem, em relação a elas próprias e às ‘diferentes’ mulheres do mundo, deve-se ao fato dos desdobramentos das contradições presentes na sociedade, em particular, desde o patriarcado capitalista ou a civilização ‘moderna’ que buscou basear numa cosmologia e numa antropologia que dicotomiza estruturalmente a realidade e opõe hierarquicamente, frente a frente, as duas partes: uma, sempre considerada superior, sempre próspera e progredindo às custas da outra (MIES e SHIVA, 1993, p. 14).

As considerações em relação à abrangência e importância do feminismo vêm se transformando e ampliando ao longo dos anos. As lutas sociais em torno da busca da sustentabilidade ambiental pelas mulheres se intensificam na contemporaneidade, tendo em vista estarem saindo de realidades opressivas e, conquistando seu lugar como sujeito político.

O importante é essa emergência de um novo princípio feminino, o empoderamento, que implica em novas relações. Pensar no desenvolvimento das mulheres é pensar na organização da vida cotidiana da família e voltada para as comunidades, fator que implica na reorganização dos modos de vida em comunidade, aspecto que traduz da realidade social, uma diferenciação de novo tipo, não aquela de subordinação, de subjugar o outro, mas, solidária, de partilhar as diferenças no mesmo patamar de igualdade.

Ao atribuir um sentido solidário ao trabalho visto como atividade social e coletiva, se está discutindo o significado do trabalho na vida humana (FRANCO, 1991), que possibilita aos homens e mulheres uma clara consciência na sua importância sobre a realização pessoal e o bem-estar social.



Permeadas pela necessidade de reconstruir as relações sociais no atual contexto capitalista, conscientes da urgência de reparar os mais de 500 anos de desigualdades sociais, em destaque, as desigualdades entre homens e mulheres vivenciadas pela sociedade brasileira, surgem as cooperativas e, mais tarde a economia solidária.

Para tecer considerações iniciais sobre o cooperativismo, é necessário pontuar que, no Brasil, sua promoção ocorreu por elites políticas e econômicas voltadas à economia agroexportadora. Longe de ser um movimento contestatório, como historicamente caracterizado na realidade europeia do capitalismo incipiente da era moderna, no Brasil efetivou-se como ação governamental de controle e intervenção social (RIOS, 2007).

Localizado no meio rural, o cooperativismo foi implantado como meio para a „modernização conservadora“ agrícola, que consistiu em um processo de transformações nas estruturas rurais, com a introdução de tecnologias (tais como maquinário, insumos, adubos), gerando a subordinação da agricultura à indústria, através da introdução de novos modelos de consumo (LOUREIRO, 1981, p.136). Como resultado, da chamada Revolução Verde da época, deu-se a “formação ou consolidação de uma burguesia agrária e a proletarianização de camponeses” (SANTOS, 2003, p. 31).

Essa orientação engendrou a edição da Lei 5.764/71, chamada Lei do Cooperativismo, que define a política nacional do cooperativismo e, embora seja reconhecidamente obsoleta atualmente, ainda se constitui no principal marco legal de referência às experiências cooperativas.

Com a nova Constituição Federal de 1988, a liberdade de associação ganhou força e passou a ser um direito garantido, porém essa lei ainda não está, até hoje garantida na Lei Geral do Cooperativismo. Assim, várias pessoas ligadas à Economia Solidária se reuniram em busca da garantia do direito constitucional, para criarem a representação própria que fortaleça a sua identidade e seu território.

Sem dúvidas o atual cooperativismo (ou cooperativismos) tem marcas próprias, alteradas e adquiridas pela interação de múltiplos fatores e contextos ao longo da história. Entretanto o recurso à história, clamando por seu peso legitimador, é bastante corriqueiro e também se revela nos estudos sobre o cooperativismo.

No cenário de reestruturação produtiva da década de 1990, momento de surgimento do cooperativismo popular brasileiro, também se viu surgir a absoluta precarização do trabalho, sob a forma fraudulenta de cooperativas de trabalho. Trata-se de dois modelos distintos, embora congregados sob a mesma designação. De um lado a associação engendrada pelos próprios trabalhadores, excluídos do mercado de trabalho, objetivando criar possibilidades de geração de renda em razão do desemprego estrutural. De outro lado, a organização dos trabalhadores feita pelo capitalista, com o objetivo de diminuir os custos sociais do trabalho. O segundo modelo, por burlar regulamentações trabalhistas, foi combatido no âmbito judiciário e acadêmico, através da Lei 12.690/12 que define o cooperativismo de trabalho e estabelece sua organização e funcionamento.

Passaram então, a construir um novo sistema cooperativista, o cooperativismo solidário, construído por trabalhadores e para trabalhadores, num enfoque da Epistemologia do Sul (SANTOS, 2009). Focada no ser humano capaz de gerar seu próprio trabalho e renda que leva em conta não só o aspecto econômico, mas produz com diversidade, respeito ao meio ambiente e enfrenta as discriminações social, racial e de gênero. É um cooperativismo que une campo e cidade e distribui renda com equidade.



Foram criados empreendimentos de esforço coletivo e decisão rompendo com a hierarquização dos espaços de trabalho. “A economia solidária surge como reação à crise na forma de numerosas iniciativas locais” (FRANÇA FILHO, 2006).

A economia solidária e o cooperativismo solidário buscam novas formas de relação econômica entre os trabalhadores. Tem como princípios orientadores a democracia, a cooperação e a autogestão, que recolocaram a melhoria das condições de trabalho e a qualidade de vida acima do lucro, enquanto meta da atividade econômica. Ao contrário da forma hierárquica que preside a lógica de gestão empresarial (em que o trabalhador raramente participa das decisões), em um empreendimento solidário a gestão é consolidada pelo conjunto de pessoas envolvidas em todo o processo produtivo (SINGER, 2002).

O domínio privado (do mundo doméstico e da família) e o domínio público (consciência cidadã e participação nas transformações da sociedade), especialmente em se tratando de mulheres moradoras da zona rural, permanecem ainda hoje pouco exploradas e conhecidas academicamente. No entanto, é evidente a importância desta classe de mulheres na economia local e regional.

Essas mulheres da zona rural que se organizam e lutam por uma situação de vida mais justa e igualitária em relação aos homens, possuem um imaginário social diverso das mulheres urbanas pelas suas peculiaridades, como trabalho, comunidade, cultura e identidade. O movimento de mulheres trabalhadoras rurais, com suas reuniões, encontros e reivindicações, muito tem a ver com o surgimento das cooperativas e associações.

Desse modo, o recorte do objeto de estudo na presente pesquisa, remete a estudar o imaginário social das mulheres rurais, especificamente em relação à economia e cooperativismo solidários, tema que possui sua relevância no sentido em que as mulheres enfrentam as dificuldades no dia-a-dia, com seus cônjuges e filhos, principalmente, para deixar para seus descendentes um mundo com mais equidade e justiça social.

Este estudo tem como pressuposto metodológico a reconstrução histórica de um determinado imaginário social, para juntar à história da mobilização das mulheres e o advento do cooperativismo fundindo-se em uma questão: Qual o imaginário das mulheres rurais do estado de Mato Grosso que trabalham com economia solidária quanto à atuação social, solidária e financeira do coletivo e como o capital social está sendo construído entre elas e na comunidade?

Para tanto, foram visitadas várias comunidades onde os coletivos se encontram, objetivando delinear esse imaginário através da vivência no cooperativismo solidário, além de identificar se o capital social está sendo construído entre elas e com a comunidade. Também procurar identificar de que forma a educação cooperativa influencia a mulher associada nas comunidades rurais, além de discutir mudanças perceptíveis de emancipação dessas mulheres.

A pesquisa inicialmente foi realizada na região Centro-Norte do estado de Mato Grosso, região do agronegócio e, depois, se estendeu para o estado todo. Percebe-se que o comportamento das mulheres desbravadoras da região amazônica é diferente das mulheres sulistas onde o cooperativismo já é cultural em várias regiões e existem estudos acerca, porém, há poucas pesquisas no tema cooperativismo solidário, ainda incipiente, na presente região de três biomas amazônico, pantanal e cerrado. É justamente o que se quer valorizar: as conquistas das mulheres através de suas lutas e trabalho, como a história popular conta, tendo como recorte as mulheres associadas.



2 Abordagem Metodológica

O presente estudo foi desenvolvido por intermédio do método de abordagem hipotético-dedutivo. Dessa forma, houve a verificação do problema pela análise dos discursos individuais e coletivos das mulheres associadas em relação ao seu imaginário social, à educação, emancipação e construção do capital social a partir de sua atuação nas associações e cooperativas solidárias.

Os métodos de procedimento foram o empírico e o estatístico. Como método empírico, destaca-se o acompanhamento das mulheres em suas funções diárias, com a finalidade de entender o cotidiano e, através de diário de campo, obter observações que possam identificar melhor os pontos relevantes da pesquisa e que por ventura não tenham sido abordados pelas entrevistadas.

De início as tarefas não foram tão simples. Há uma deficiência de comunicação dessas associações e cooperativas solidárias em serem divulgadas e conhecidas. Estão em locais afastados dos centros das cidades. Geralmente, se encontram em comunidades ou assentamentos a uma distância de 30 a 150 Km das cidades mais próximas. Se organizam pela necessidade. Há pouco auxílio por parte dos poderes locais. A maioria conta com apoio de organizações não-governamentais e/ou Universidades Públicas. As distâncias no estado também não são favoráveis para pesquisa de campo, pois percorrer 900 a 1.000Km para as cidades onde há associações com as características que foram pré-determinadas, não foi exceção.

As mulheres, apesar de serem guerreiras e desbravadoras, não têm formação necessária para manterem as associações e cooperativas, mas procuram se informar e, com o tempo, voltam aos estudos formais e terminam seu ensino fundamental e médio e até a graduação e mestrado como se descobriu no desenrolar das andanças. Mulheres valorosas que defendem seus espaços com bravura e imprimem uma identidade própria ao grupo e comunidade.

A análise foi realizada mediante entrevistas com questões previamente elaboradas que envolvem os seguintes indicadores: Trabalho diário; Interação familiar; Finança familiar; Experiência cooperativa; Relação de confiança.

Para a parte conceitual a técnica utilizada foi a bibliográfica das quais os procedimentos instrumentais foram livros, artigos científicos e pesquisas acadêmicas, principalmente. A pesquisa também teve um perfil qualitativo em relação aos seus dados coletados e, por fim, demonstra-se ser uma pesquisa descritiva por retratar o cotidiano de mulheres rurais que trabalham com o cooperativismo solidário para obter educação, reconhecimento e emancipação, construídos através de seus imaginários.

3 Discussão

O cooperativismo solidário não é algo novo, mas tem veio revolucionário para a economia e a política. É proveniente da Revolução Social Capitalista, lograda na Inglaterra – período que vai da implantação em dominante, a partir da Revolução Industrial.

No século XVIII, na Inglaterra, a livre concorrência e a consequente ruína e eliminação dos produtores menos competitivos não era moralmente aceitável e nem politicamente viável.



Por isso, a oposição às empresas capitalistas provinha tanto das *guildas* (associações) artesanais como dos trabalhadores que dependiam do capital para tomar parte na produção social.

Atingida em sua base existencial, a classe operária, reagiu em três níveis distintos ao avanço do modo de produção capitalista: 1 – opondo-se ao industrialismo em si, em nome dos direitos adquiridos e dos fundamentos tradicionais do antigo regime; 2 – somando-se à luta pela democracia, em grande medida impulsionada pela Revolução Francesa; 3 – desenvolvendo formas próprias, potencialmente anticapitalistas, de organização social – o sindicalismo – e de organização da produção e distribuição – o cooperativismo (SINGER, 1998).

As cooperativas ressurgem, em 1844, após longo processo de experimentação, principalmente por parte dos socialistas utópicos, como uma reação do mundo operário e camponês à grave situação de exploração durante a primeira fase da Revolução Industrial (1750-1850), quando o liberalismo era contrário a qualquer forma de associação profissional que visasse defesa dos interesses de classe, portanto, o surgimento do cooperativismo não se dá ao acaso na Europa Ocidental.

Já na América Latina, sua filosofia própria é aquela que considera, desde esse lugar, a sua própria constituição, no processo colonial moderno. A América Latina foi assim criada e integrada em um padrão de poder histórico-estrutural, que, de um lado a colocou em posição de dependência e, no mesmo movimento, constituiu a Europa ocidental como centro mundo do controle do poder chamado de “colonialidade” (QUIJANO, 2006, p. 49).

Essa colonialidade consiste num sistema de dominação e exploração social, iniciado na constituição da América Latina. Os principais elementos desse sistema de dominação e exploração, segundo Quijano (2006, p. 62; 68; 73; 2005, p. 120), são: a ideia de raça (como um sistema de classificação social, que racionaliza as relações entre colonizadores e colonizados); o capitalismo mundial (como o sistema de exploração social, com divisão do trabalho, seu controle e exploração dos seus recursos e produtos); o eurocentrismo (como um modo de produção e controle de subjetividade); e o Estado-Nação (como sistema de controle da autoridade coletiva).

Nesse sentido temos a herança colonial revelando a legitimação de poder, justificada econômica e culturalmente. A colonialidade se reproduz nos espaços internos da América Latina, seja por sua reprodução a partir de elites culturais e econômicas, ou mesmo pela internalização de valores, tidos como naturais, que assumem o sistema econômico como inevitável ou os discursos culturais como verdadeiros, produzindo desigualdades de todas as ordens.

Assim, articulados os referenciais filosóficos, a doutrina cooperativista se revela numa forma de propagação da colonialidade, tanto de forma exógena (colonialidade externa), através das orientações propagadas principalmente pela ACI, quanto de forma endógena (colonialidade interna), nas determinações do cooperativismo empresarial, legal e hegemônico no interior da realidade brasileira, orientado pela OCB.

A colonialidade da doutrina cooperativista se revela na reprodução de valores cooperativistas, categorizado em princípios, que deturpam as origens históricas de onde são extraídos. Também, e principalmente, as formulações teóricas e práticas do cooperativismo empresarial revelam seu vício performativo na crença do progresso capitalista, revelando a colonialidade engendrada pelo eurocentrismo e capitalismo mundial. A visão distorcida deixa de revelar as verdadeiras características desses dois produtos da colonialidade: de um lado o sistema de controle da subjetividade e do conhecimento e, de outro, o sistema de exploração social.



Romper com essa colonialidade é considerar a produção do conhecimento para além das estruturas institucionais e formais de ensino e aprendizagem. Os atores que, em geral, estão envolvidos em experiências da economia e do cooperativismo solidários são privados do ensino formal ou, de modo insatisfatório, o “recebem” (no sentido dado por Paulo Freire à educação bancária, que considera os alunos como depósitos, inicialmente vazios, a serem preenchidos pelo conhecimento formal e hegemônico detido pelo professor). São, por isso, considerados – a partir de uma noção colonializada – destituídos de conhecimentos.

Entretanto, por suas vivências, produzem saberes e valores, que são, inclusive, indispensáveis – a partir da metodologia assumida por Dussel (2002) –, pois é desse lugar (do depósito vazio; do nada; do que não existe; do que não é considerado) que há possibilidades criativas. É de onde pode vir algo novo.

Ao refletir sobre as relações produtivas, entre os seres humanos e estes com a natureza, Lia Tiriba (2012, p. 34) indica que: “(...) as experiências de trabalho associado podem se constituir como palco de produção de saberes e práticas sociais que, de alguma maneira, se contraponham à lógica do sistema capital.”

No trabalho associado, propiciado pela cooperativa, por meio da práxis de constante questionamento e atitude, os atores relacionam entre si e entre a comunidade, identificando e transformando as estruturas vigentes, alcançando a cada passo a libertação diante das (novas) negatividades.

Portanto, o cooperativismo solidário, nas bases acima determinadas, revela-se como práxis de libertação: “A práxis de libertação é a ação possível que transforma a realidade (subjética e social) tendo como última referência sempre alguma vítima ou comunidade de vítimas [...]” (DUSSEL, 2002, p. 558).

Assim, nossas entrevistadas consciente ou inconscientemente, trabalham com base na práxis de libertação, apoiadas pelos imaginários construídos a partir de suas percepções do cotidiano, através de suas experiências individuais e/ou coletivas.

A partir das entrevistas apreendidas é possível considerar os efeitos positivos que o trabalho coletivo trouxe para as mulheres, especialmente como forma de empoderamento feminino, possibilitando mudanças significativas e, mais ainda, permitindo novas perspectivas e investimentos na vida, como protagonistas de suas próprias histórias. Nesse sentido, acompanhar o caminho da invisibilidade à autonomia dessas mulheres foi extremamente significativo. Falar em autonomia e empoderamento remete a uma questão fundamental que é o despertar da consciência nas mulheres de que são capazes e com reais condições de seguir caminhos para além das funções reprodutivas e dos cuidados maternos.

Nesse processo são necessários o investimento e a disponibilidade de políticas públicas que contribuam para a conscientização, o desenvolvimento e a legitimação dos direitos das mulheres. E o cooperativismo solidário permite semear certas estratégias de autonomia de gênero frente ao mundo privado e público.

A pesquisa de campo realizou-se nos meses de julho a outubro 2022 e baseou a estrutura do trabalho para podermos evidenciar com informações o nosso objeto de estudo. Foram muitos Km rodados atrás de coletivos que trabalhem na perspectiva de cooperativismo solidário, mas houve recompensas e alianças construídas com muitas das 65 mulheres entrevistadas.

As análises se baseiam exclusivamente nas informações coletadas junto às associadas a cooperativas e associações de cooperativismo solidário no estado de Mato Grosso. A análise se contextualiza conforme as perguntas foram sendo realizadas e respondidas.



Foram 5 coletivos do cooperativismo solidário contactados, sendo eles: Aldeia Águas Correntes de Barra do Bugres, Coopervia do Assentamento 12 de Outubro do MST em Cláudia, Amurung de Colíder, Acorquirim e Cooper Nossa Senhora em Nossa Senhora do Livramento e Associação Negra Rural do Quilombo Comunidade Mutuca de Nossa Senhora do Livramento também.

As mulheres entrevistadas tinham entre 27 e 77 anos, sendo mais expressiva a faixa etária entre 40 e 49 anos. A escolaridade dessas mulheres chama a atenção, pois apesar das dificuldades, praticamente todas são escolarizadas. Somente duas não frequentaram a escola, justamente as com 76 e 77 anos. Treze mulheres possuem Ensino Fundamental, 16 têm Ensino Médio, 6 estão com Ensino Superior Incompleto, 14 são graduadas e 14 possuem Pós-Graduação, especialização e mestrado. Pelas localizações longínquas dessas cooperativas solidárias, o índice de escolaridade ressaltou aos olhos, pois reflete o movimento das mulheres no decorrer das últimas décadas na busca por educação, capacitação, autonomia e empoderamento.

Sobre a formação da maioria dos cônjuges pode-se afirmar que (38,78%) possui ensino fundamental incompleto, (16,32%) ensino fundamental completo, (12,24%) ensino médio incompleto, (8,17%) ensino médio completo, (8,17%) curso superior incompleto e (16,32%) possuem ensino superior completo.

Estudo do IBGE (2019) mostrou uma tendência geral de aumento da escolaridade das mulheres em relação aos homens, sendo que as mulheres atingem, em média, um nível de instrução superior aos homens. Isso pode ser comprovado nesta pesquisa também comparando os dados das entrevistadas e seus cônjuges.

As mulheres indicaram que estudar auxiliou no desenvolvimento das habilidades na comunicação e no contato com o outro, contribuindo para o fortalecimento dos vínculos sociais e comunitários.

Quanto aos afazeres diários, 50,76% delas responderam que o mais importante são os afazeres domésticos e cuidado com a família. 29,23% avalia que o trabalho assalariado é o mais importante na sua escala, 18,46% acreditam que a agricultura familiar seja sua tarefa diária mais importante e somente 1,53% respondeu que a lida com os animais seja seu trabalho mais importante diariamente. Avaliamos que as mulheres rurais no estado de Mato Grosso consideram que, assim como suas antecessoras, o cuidado com os filhos e companheiro, quando existe, são muito importantes no cotidiano.

Nossa sociedade, em geral, culpabiliza as mulheres pela má educação dos filhos ou pelo fato da filha ou do filho cair em situação de marginalidade, uso de drogas etc., alegando que a mulher priorizou o mercado de trabalho e sua vida pessoal e profissional em detrimento da educação dos filhos. Isso deixa as mulheres amedrontadas para o rompimento dessa relação o que não parece ser o caso dessas entrevistadas.

Dentre os trabalhos dos 29,23% das mulheres que possuem emprego assalariado, 9 são professoras, 4 são artesãs, 4 são feirantes, 3 são agentes de saúde (dentre delas duas são agente indígena de saúde), as demais são cozinheiras, gestora de cooperativa, manicure, vereadora, padeira e merendeira.

Pode-se afirmar que a maioria das entrevistadas (50,77%) trabalham de 4,1 a 8 horas diárias em casa e (49,23%) trabalham de 0 a 4,1 horas diárias fora de casa. Observa-se que a alocação do tempo dessas mulheres é na sua maioria, no âmbito doméstico, pois o



cooperativismo solidário tem como característica mantê-las próximas aos filhos e às comunidades onde vivem.

Os cônjuges e companheiros possuem a função de serem o provedor financeiro da casa em todos os casos que essa figura existe. Na pesquisa notou-se que 23,08% das mulheres estão sozinhas, divorciadas ou viúvas, entretanto 40% delas respondeu que seus companheiros trabalham fora de casa em trabalhos como diárias, gesso, professor, pedreiro, feirante, coordenador de entidade cooperativa, supervisor comercial e oleiro. 27,69% dos homens trabalham na agricultura familiar, 6,15% lidam com animais como afazer diário mais importante e somente 3,08% deles têm os trabalhos domésticos como função principal. As horas trabalhadas pelos cônjuges em sua maioria (51,02%) trabalham até 4h diárias em casa e, 48,97% trabalham de 4,1h a 8h diárias fora de casa. Como os casais possuem múltiplas funções, percebeu-se que 59,18% se ajudam mutuamente nas atividades diárias próximas à residência, seja dentro ou fora da casa. 20,41% relataram que não se ajudam e 20,41% afirmaram que às vezes há auxílio.

Entre as que negaram haver ajuda mútua as respostas justificando são variadas: *“Trabalhamos a maior parte do tempo em lugares diferentes”, “Ele prefere pescar”, “Porque não temos o costume de ajudar”, “Ele está sempre fora, coitado!”*, *“Meu marido trabalha pesado o dia todo e chega muito cansado, não consegue ajudar”*. Essas expressões indicam que muitas mulheres ainda tratam seus cônjuges como “filhos”, tendo consideração pelo trabalho que realizam para trazer o sustento para casa, portanto, eles não têm a necessidade de ajudar nos afazeres da associada.

Houveram também algumas respostas afirmando que às vezes se ajudam: *“Não ajuda mais porque ele estuda”, “Porque às vezes ele tem outras coisas para fazer”, “Aqui em casa cada um tem suas atividades”, “Porque ele é machista e acha que algumas tarefas são das mulheres”*. Percebe-se que alguns cônjuges ajudam no que podem, dentro de seus limites, mas outros ainda carregam a carga cultural de que existem atividades que não competem aos homens. Assim, as mulheres continuam fazendo seus afazeres de educação dos filhos, de cuidar do lar e ainda, ter atividades fora de casa para ter seu dinheirinho para gastar como lhe convier.

Além da autonomia conquistada para o gerenciamento dos recursos em benefício da família e do planejamento do próprio dinheiro, o retorno aos estudos apontado anteriormente, é facilitador das relações interpessoais.

A organização das mulheres é uma experiência que impacta o conjunto das relações sociais em que está inserida a construção de sua própria autonomia. Essa autonomia das mulheres é parte fundamental de uma sociedade mais justa. A possibilidade de decidir como viver, com quem, se quer ou não ser mãe, onde trabalhar, onde gastar seu dinheiro, aonde ir, o que estudar, e ter tempo livre para o ócio e o entretenimento e também para participar politicamente da vida em sociedade, todos esses elementos são parte da autonomia a que todas as mulheres têm direito.

Entretanto, nada disso é possível em um contexto de violência urbana e rural, se o Estado não garante o bem-estar coletivo, se não há liberdade de organização, se o trabalho doméstico é uma tarefa exclusiva das mulheres – enfim, sem justiça, liberdade, paz e solidariedade não haverá autonomia plena para todas. Assim, a política cooperativa através do cooperativismo solidário, está-se garantindo um contexto positivo.

De acordo com o IBGE (2019), mesmo em meio a tantas transformações ocorridas ao longo do último século em relação à maior participação das mulheres no trabalho e na educação,



elas seguem dedicando mais tempo aos afazeres domésticos e cuidado com a família e comunidade.

Segundo o estudo, em 2019, os homens dedicaram em média 11 horas por semana aos cuidados domésticos, enquanto as mulheres dedicaram, no mesmo período, cerca de 21,5 horas. Ao precisar conciliar trabalho remunerado público com os afazeres domésticos no privado, elas acabam tendo empregos parciais, com menos horas semanais. No mesmo estudo, 15,6% dos homens estavam empregados com até 30 horas semanais e 29,6% de mulheres tinham empregos com essa carga horária, apesar disso, as mulheres brasileiras receberam cerca de 77,7% do rendimento dos homens.

As associadas, aparentemente, estão satisfeitas com suas atividades diárias, sendo que (83,08%) delas respondeu que seu trabalho é agradável. Só (9,23%) o consideram cansativo e (3,08%) o sentem repetitivo e 4,61% das associadas não respondeu a essa questão.

Quanto à percepção que elas têm sobre essas atividades é interessante saber que dentre a maioria afirma que *“Faz com amor”, “A atividade ocupa a cabeça e o tempo”, “gosta da vida no campo”, “porque não é um trabalho, é uma realização”, “Tenho duas atividades: uma me realiza a outra sustenta minha família”, “Faço meu trabalho há 20 anos e não tenho intenção de deixa-lo”*. Enquanto as associadas que responderam que suas atividades são cansativas ou repetitivas responderam: *“Ficar em casa é cansativo, sempre tem serviço”, “tenho uma agroindústria de panificação, é muito trabalho”*. Acreditamos que essas respostas, talvez possam ser pela baixa estima de quem trabalha em casa e não tem atividade fora e, talvez, o quisesse e também pelo excesso de trabalho.

Em relação ao empreendimento à qual são associadas, 61,54% consideram que o cooperativismo tem auxiliado no trabalho e na vida. Assim, 32,31% não têm opinião formada ou não sabem opinar sobre a relação de mudança de vida depois de terem participado da cooperativa ou associação solidária e 6,15% responderam que não perceberam nenhuma alteração no cotidiano.

Para a maioria das associadas a cooperativa auxilia em relação às vendas, na relação produtor/consumidor e no contato com os clientes. Algumas responderam *“Hoje possuo mais entendimento do que faço”, “A cooperativa ajuda trazendo diversos cursos como processos de produção e até higiene”, “Ela organiza a produção e venda da produção”*.

Como a cooperativa ou associação ajuda a organizar a vida produtiva, perguntamos sobre quem se responsabiliza pelo orçamento da família. Portanto, 49,23% das respondentes afirmaram que é o casal que conjuntamente cuida do dinheiro da família. 27,69% disseram que é a mulher, cabe ressaltar que muitas entrevistadas são viúvas ou sozinhas no trato familiar. 12,3% das famílias têm o homem como o cuidador e organizador das finanças. 6,17% não quiseram responder e 4,61% responderam que é o casal junto com os filhos, assim percebe-se que em algumas famílias os filhos já estão aprendendo o ofício dos pais para a sucessão ocorrer tranquilamente.

Em relação às finanças questionamos quantos salários mínimos mensais as associadas e seus cônjuges recebem mensalmente. O quadro 1 mostra o resultado.



Tabela 1 – Valores em Salário Mínimo (SM) mensal das associadas e cônjuges

SM (R\$ 2.212,00)	Associadas	%	Cônjuges	%
0 a 1	35	53,85	20	40,82
1,1 a 2	13	20,00	12	24,49
2,1 a 3	7	10,77	8	16,33
3,1 a 4	8	12,30	2	4,08
4,1 a 5	2	3,08	7	14,28
5 ou mais	0	0,00	0	0,00
	65	100,00	49	100,00

Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

Percebe-se que todos recebem até 5 SM mensais, no momento da pesquisa. Também podemos afirmar que os que recebem até 3 salários mínimos possuem uma porcentagem relativamente parecida entre os dois sexos. Quanto mais o valor de salários aumenta, percebe-se que os homens são a maioria. Esta é uma tendência que existe no Brasil há muitos anos.

As mulheres foram questionadas se acham justo o valor que percebem mensalmente pelo seu trabalho e a maioria das respostas 49,23% foram SIM, 40% acreditam que não é justo e 10,77% não tinham opinião sobre essa questão. Assim, a pergunta foi complementada para entendermos o porque não acham justo, e as respostas foram: “*porque é um serviço que exige muita dedicação*”, “*porque a inflação acaba com tudo*”, “*O serviço da agricultura e pecuária exige muito esforço e tem muitos custos também*”, “*Pelo preço baixo dos nossos produtos*”, “*Agroecologia se trabalha em dobro e os consumidores não valorizam*”, “*Justo não é, mas não tenho condições físicas para fazer mais*”, “*Não acho justo pela tamanha responsabilidade, mas sei que a cooperativa não tem condições de pagar mais*”.

Também foi arguido sobre a confiança no trabalho da cooperativa e, pelas respostas, as cooperativas e associações estão cumprindo seus objetivos: das 65 associadas, 47 (72,31%) afirmaram que confiam no trabalho das entidades cooperativas das quais pertencem. 15,38% não souberam responder e 12,31% não acreditam que as cooperativas e associações são confiáveis.

Para as 47 associadas comentaram sobre o que gera essa confiança no empreendimento: “*A cooperativa traz mais renda para todos e melhorou a convivência*”; “*Mais solidariedade e conhecimento, mais união e trabalho em conjunto*”; “*mudou o convívio*”; “*A comunidade recebe mais benefícios do município*”; “*A força do cooperativismo é tudo*”; “*Socialmente, a perspectiva de continuar morando no sítio e ter aís parceiros em projetos*”; “*Trouxeram as rodas de conversas*”; “*A produção começou a aumentar e a cooperativa participa da chamada pública da merenda escolar onde todos ganham*”. Esse trabalho com a cooperativa também mudou para melhor a relação de 75,38% das associadas com a comunidade.

Assim, as mulheres confiam nas instituições cooperativas das quais participam pela melhoria das suas comunidades e vidas familiares, assim afirmam que “[as cooperativas] *enxergam a necessidade dos outros, as reuniões onde conheceram melhor o trabalho das outras associadas e melhorou a relação entre os vizinhos*”; “*A cooperativa também ajudou a produzir mais e mudou as ações cotidianas*”; “*Começamos a acreditar nos sonhos*”; “*Antes, no MST, se discutia política. Com a cooperativa discutimos projetos e agroindústria junto com a política*”; “*Estou mais atuante na comunidade*”; “*Traz pertencimento e valorização da nossa comunidade*”; “*A comunidade passou a acreditar que é possível conseguir melhorar*”.



Em relação ao que as pessoas fazem nos finais de semana, apresentamos quatro alternativas, onde cada uma pôde marcar uma ou mais de uma alternativa. Ficaram assim distribuídas as alternativas

Tabela 2 – O que as associadas e seus cônjuges fazem aos finais de semana

	Mulheres	Homens
Adiantam o serviço	36	20
Passam tempo com a família	52	42
Visitam familiares	24	24
Jogos em comunidade	6	30

Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

Percebemos pela Tabela 2 que as mulheres passam mais tempo com a família nos finais de semana, seguido pelo adiantamento do serviço da semana e visitam a familiares e vizinhos. Elas não saem muito para se divertir, se concentram mais nos afazeres e família. As alternativas marcadas sobre os cônjuges, há equilíbrio entre as alternativas. O que sofreu uma disparidade entre mulheres e homens foi a alternativa de jogos em comunidade. Os jogos e visitas, entre as pessoas da comunidade, ativam a confiança que se emana desta troca, portanto, há de ser mais acionada nessas comunidades contatadas, para que possa haver um crescimento do capital social.

Para ajudar na questão anterior, foram questionadas se conhecem o trabalho da cooperativa, já que a associação e cooperação tendem a gerar confiança. Das 65 associadas, 47 afirmaram que conhecem o trabalho da sua cooperativa e 18, não. Dessas últimas, como já discutido anteriormente, a maioria é associada recente, não tendo o tempo necessário para conhecer a instituição.

Arguidas sobre como a cooperativa valoriza as mulheres, as respostas foram *“Através de informação e conhecimento”*; *“Motivando, incentivando e elogiando os trabalhos realizados individualmente”*; *“Cultivando a felicidade e o psicológico saudável através de reuniões, encontros e participação igualitária”*.

Sobre as atividades realizadas pela cooperativa no último ano foram *“Panificação e culinária”* com 27 participações das 65 entrevistadas; *“Plantas Medicinais”* com participação de 25 das entrevistadas; *“Formação cooperativa”* e *“Cursos de Artesanato”*, com 23 mulheres participando em cada um; *“Produção orgânica em horta e pomar”*, com a participação de 22 mulheres. Cursos voltados para a geração de renda individual, mas visando a interação do coletivo.

Sobre a participação nas Assembleias Gerais, local e hora onde os associados podem avaliar e decidir os rumos da cooperativa ou associação, 66,15% disseram que participam sempre das decisões em assembleia; 15,38% participam quando podem e; 18,47% das respondentes se associaram recentemente e ainda não participaram de nenhuma assembleia, porém têm interesse em participar sempre, pois consideram importante decidir pelo coletivo.

Para 89,23% das mulheres a cooperativa ou associação à qual pertencem incentivam a sua participação e todas as cooperativas mistas possuem mulheres nas diretorias, quando não são presidentas eleitas. O estímulo vem através da valorização do trabalho das mulheres e dando voz àquelas que até poucas décadas não tinham poder algum.

A articulação entre organização da produção e o fortalecimento da auto-organização das mulheres tem sido uma estratégia fundamental. Contribui para a construção de sua autonomia



e seu fortalecimento como sujeitos. A organização coletiva, estar juntas, conversando entre mulheres, é relatada como determinante para a construção de autoestima, de sentir-se valorizada, e encorajamento para enfrentar as adversidades cotidianas. A chave passa justamente pela percepção de que os problemas que enfrentam são coletivos e determinados socialmente, ou seja, há a desnaturalização das problemáticas enfrentadas.

Com isso se sentem mais fortes para mudarem seu comportamento em casa, ter mais iniciativas e, sobretudo, colocar limites e/ou negociar com outros membros da família a reorganização do trabalho.

Temos identificado que 63,08% das associadas não se candidataram até o momento para algum cargo de diretoria. 87,69% sabem que podem se candidatar, porém só 43,08% estão dispostas a colocar seu nome à disposição da cooperativa ou associação. O que se percebe é que não querem se envolver na diretoria, mas sabem que podem contribuir mais conhecendo melhor a cooperativa, trazendo ideias novas, ajudando na busca de novos projetos e cursos para a associação, estando mais presente e até conciliando melhor o tempo. Mas tem outras alternativas que fazem com que algumas não se disponham mais para o empreendimento cooperativo, como por exemplo de uma associada que mora numa aldeia e a cooperativa está situada na cidade, dificultando o deslocamento.

O sistema ideológico patriarcal, de cunho machista não prevê a mulher no poder, porque o poder é um desejo dos homens e é evidente que uma mulher não deseja para si vontades de cunho dominante, sendo que não cabe ao seu gênero dominar, segundo os pensamentos misóginos (PINTO, OZAVA e OLIVEIRA, 2019). Este pensamento ainda permeia a sociedade, mesmo que seja coletivamente construída.

A representação política da mulher ainda é muito pequena em se tratando de números, na conjuntura atual, mesmo sendo a maioria da população e representando mais da metade do eleitorado brasileiro, as mulheres não são representadas politicamente e a cooperativa ou associação pode e deve ser um caminho que possa abrir novos caminhos políticos para essas mulheres.

As indicações sobre o que está bom na cooperativa ou associação, as associadas afirmaram “*Produção de sal temperado e outros*”; “*A união do grupo*”; “*A força de vontade dos associados em fazer valer a pena*”, entre outros como o companheirismo, a boa vontade, a inclusão de mais mulheres e os projetos. Também responderam sobre o que deve continuar nas ações implementadas pela cooperativa, entre elas mostrar as oportunidades oferecidas para que mais pessoas se engajem e a participação de todos nas decisões.

Mas também, indicaram alguns aspectos que consideram que podem melhorar tais como apoio político, a visibilidade e o financeiro; mais cursos; mais entretenimento entre os associados e mais interação; mais investimentos; ter uma estrutura própria; mais dedicação de todos e conseguir a emancipação financeira da instituição.

E, por último, através da pesquisa de campo, perguntamos: Se você fosse dirigente, o que mudaria na cooperativa/associação? E as respostas foram: “*Incentivaria mais a formação cooperativa e a produção*”; “*Colocaria mais brincadeiras nas reuniões*”; “*Buscaria ajuda para ter a própria estrutura*”; “*Trabalharia para trazer mais jovens, mulheres e projetos de geração de renda*” e “*Organizaria feiras para escoar os produtos*”.

A opressão contra as mulheres acontece principalmente quando ela não segue os padrões impostos pela sociedade, sofrendo assim, a misoginia, o machismo e o sexismo. A luta feminista deve ser reconhecida, assim como, continuada. Muitos direitos já foram alcançados,



mas ainda há muito que se lutar para estabelecer uma vida digna a todas as mulheres e grupos marginalizados pela sociedade.

Ao assegurar voz e visibilidade a esses grupos é que se ergue uma sociedade igualitária, plural, desprovida de qualquer forma de intolerância para que haja uma democracia. Uma mulher na política gera mudanças importantes para sua própria vida, mas muitas mulheres na política transformam significativamente uma sociedade inteira. A democracia só será efetiva quando houver o reconhecimento de diferentes povos e suas devidas representações políticas.

4 Considerações Finais

Nesse trabalho o objetivo principal foi estudar o imaginário social das mulheres rurais, especificamente em relação à economia e cooperativismo solidários, tema que possui sua relevância no sentido em que as mulheres enfrentam as dificuldades no dia-a-dia, com seus cônjuges e filhos, principalmente, para deixar para seus descendentes um mundo com mais equidade e justiça social. Mesmo tendo ficado restrito a poucos empreendimentos solidários, podemos afirmar que os mesmos estão emergindo no estado de Mato Grosso e, ainda não se tem o mapeamento de todas. Assim, encontramos empreendimentos através de indicações, e outras não conseguimos contato, como é o caso de uma que fica em Apiacás, bem ao norte do estado, onde não há estradas trafegáveis e a comunicação virtual é precária. Mesmo assim, por meio da discussão realizada, conseguimos estabelecer algumas considerações relevantes.

De forma geral, constatamos que apesar da pouca remuneração que as associadas recebem junto com seus cônjuges ou não, elas se sentem felizes. Essa felicidade se manifesta nas observações realizadas nas reuniões e também nas respostas sobre as associações. Esses espaços são provedores de formações cooperativas, de emancipações femininas, de sonhos a serem realizados. A participação e o envolvimento trouxeram consigo a confiança entre as associadas, além de abranger as relações da comunidade com seus processos coletivos.

Lembrando que a emancipação e o empoderamento das mulheres é uma forma coletiva das mulheres chegarem ao poder e participarem dele. Essa participação, nessa pesquisa, ainda não se concretizou em se tratando de diretorias, a maioria ainda não se candidatou, porém, em torno de 43% das entrevistadas estão dispostas a se candidatar nas próximas eleições. As atividades manuais e agrícolas realizadas pelas associações e cooperativas levam conhecimento, informação, motivação e valorização, o que incentiva a participação democrática das mulheres nos processos eleitorais e de decisão. Essa atitude afeta o campo individual e o coletivo, porque, na medida em que as mulheres têm conhecimento e poder, individualmente elas começam a ter uma relação distinta com a família e a ter informações que lhes proporcionam maior liberdade e autonomia.

REFERÊNCIAS

- BLAY, Eva Altermann. O trabalho feminino. *Cadernos CERU*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 129-145, 1973.
- BRASIL. Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988: O papel do Estado junto às cooperativas. Art.5º; 21/XXV;174/parágrafos 2º, 3º e 4º; 187/VI; e 192/VIII.



BRASIL. *Lei n. 12.690, de 19 de julho de 2012*. Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho, institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOOP e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 09 nov. 2022.

BURDICK, John. *Procurando Deus no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1996.

DUSSEL, E. *Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 2002.

FRANÇA FILHO, G. C. A economia popular e solidária no Brasil. In: FRANÇA FILHO, G.; LAVILLE, J. L.; MAGNEN, J. P.; MEDEIROS, A. (org.). *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Salvador: Edufba; Porto Alegre: EdUFRGS, 2006.

FRANCO, Luiz Antonio de Carvalho. *A escola do trabalho e o trabalho da escola*. 3.ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Mulheres brasileiras na educação e no trabalho*. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/atualidades/20459-mulheres-brasileiras-na-educacao-e-no-trabalho.html>. Acessado em: 20 nov. 2022.

LOUREIRO, M.R. Cooperativismo e reprodução camponesa. In: _____ (Org.) *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1981. p. 133-155.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. *Ecofeminismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

PINTO, Damires Rinarly Oliveira; OZAVA, Rafaela Vieira; OLIVEIRA, Waidd Francis de Oliveira. **A resistência feminista na participação política**. In: Congresso de Diversidade Sexual e de Gênero (2018 : Ouro Preto - MG) [Anais do] III Congresso de Diversidade Sexual e de Gênero - Trabalho, cuidado e política: dimensões do agir de mulheres e pessoas LGBTI + sobre o mundo, volume 5. Organização: Flávio Malta Fleury, Pedro Augusto Gravatá Nicoli, Wanessa Susan de Oliveira Rodarte. - 1. ed. - Belo Horizonte [MG]: Initia Via, 2019.

QUIJANO, Aníbal. Os fantasmas da América Latina. In: NOVAES, Adauto (org.). *Oito visões da América Latina*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.) *A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. *O que é Cooperativismo*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

RUIZ, Castor Bartolomé. *Os Paradoxos do Imaginário*. São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 2003.

SANTOS, Boaventura S., MENESES, M. P.. *Epistemologias do Sul*. Coimbra. Almedina, 2009.

SANTOS, Milton. *Economia Espacial – Críticas e Alternativas*, São Paulo: USP, 2003.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. São Paulo, Vozes, 1998.

TIRIBA, Lia; SICH, Bruna. Cios da terra: saberes da experiência e saberes do trabalho associado. *Trabalho Necessário*, ano 10, n. 15, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6864/5147>. Acesso em: 15.12.2022.